



**A POLÍTICA EDUCACIONAL NO CONTEXTO DOS
RESULTADOS: O IMPACTO DAS AÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
DO PROJovem URBANO NA PERCEPÇÃO DOS JOVENS**

**POLÍTICA EDUCATIVA EN EL CONTEXTO DE LOS
RESULTADOS: EL IMPACTO DE LAS ACCIONES DE
PARTICIPACIÓN DE PROJovem URBANO EN LA PERCEPCIÓN
DE LOS JÓVENES**

**EDUCATIONAL POLICY IN THE CONTEXT OF THE OUTCOMES:
THE IMPACT OF ACTIONS TO PARTICIPATE IN THE URBAN
PROJovem PERCEPTION OF YOUNG PEOPLE**

Rosicleide Araújo de Melo
Universidade Federal do Vale do São Francisco - Brasil
E-mail: rosicleide.melo@univasf.edu.br

Eixo temático 2: Debates, enfoques e perspectivas epistemológicas da Política
Educativa

Resumo: Este texto discute os impactos de uma política direcionada à juventude no que se refere à mudança de percepção dos jovens beneficiários. Para tanto, buscou-se dialogar com a abordagem do ciclo de políticas de Stephen Ball (1994) para compreender o contexto dos resultados (efeitos) dessa política na percepção dos jovens que participaram do Projovem Urbano em Recife-PE relacionando com o que aparece nos textos oficiais dessa Política. Como estudos de caso, foram selecionadas duas escolas onde funcionou o Projovem Urbano. O estudo aponta uma influência do que aparece no texto do Programa com o que foi apontado pelos jovens como tendo contribuído para uma mudança de percepção em relação a alguns temas.

Palavras-chave: Projovem Urbano. Juventude. Políticas públicas.

Resumen: Este texto presenta los impactos de una política direccionada a la juventud en lo que se refiere al cambio de percepción de los jóvenes beneficiarios. Para esto, se buscó dialogar con el abordaje del ciclo de políticas de Stephen Ball (1994) para comprender el contexto de los resultados (efectos) de esa política en la percepción de los jóvenes que participan del Projovem Urbano en Recife-PE relacionado con lo que aparece en los textos oficiales de esa política. Como estudios de casos, fueron seleccionadas dos escuelas donde se aplicó el Projoven Urbano. El estudio determina que existe una relación cercana de lo que aparece como objetivos del proyecto con lo que fue señalado por los jóvenes como contribución a un cambio de percepción con respecto determinados temas.

Palabras clave: Projovem Urbano. Juventud. Políticas públicas.

Abstract: This paper discusses the impacts of a policy aimed at the youth with regard to changes in perception of young beneficiaries. To this end, we sought to engage with the approach of the policies of Stephen Ball (1994) cycle to understand the context of the results (effects) of this policy in the perception of young people who participated in



the Urban Projovem in Recife-PE relating to what appears in official texts of this Policy. As case studies, two schools where he ran the Urban Projovem been selected. The study suggests an influence of which appears in the text of the program with what was pointed out by young people as having contributed to a changed perception regarding some issues.

Keywords: Urban Projovem. Youth. Public policy.

Introdução

Dialogando com a abordagem do ciclo de políticas, este artigo pretende apresentar como os jovens percebem os impactos das ações de participação desenvolvidas no âmbito de uma Política pública voltada para a juventude, no caso o Projovem Urbano em Recife-PE.

A abordagem do ciclo de políticas proposta por Stephen Ball (1994) traz uma importante contribuição à compreensão das políticas educacionais. De acordo com Mainardes (2006, p.48), “essa abordagem permite a análise crítica da trajetória de programas e políticas educacionais desde sua formulação inicial até a sua implementação no contexto da prática e seus efeitos”. Diante disso, investigou-se a partir da percepção dos jovens, o impacto das ações de participação sobre mudança de percepção em relação a temas relacionados à participação, já que o Projovem Urbano prevê, através das ações desenvolvidas no âmbito da participação cidadã, despertar os jovens para temas relacionados a esta dimensão.

Na primeira parte do trabalho será apresentado o debate que envolve as políticas públicas e a juventude no Brasil, situando a Política Nacional de Juventude. Na segunda parte, será discutido o funcionamento do Projovem Urbano em Recife-PE. Por fim, serão debatidos os dados da pesquisa realizada junto aos jovens que participaram do Projovem Urbano, relacionando com a abordagem do ciclo de política proposta por Stephen Ball e colaboradores (1994) como “uma maneira de pesquisar e teorizar as políticas” (MAINARDES; MARCONDES, 2009, p.305).

A abordagem do “ciclo de políticas” “ênfatisa os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local” (MAINARDES, 2006, p.49). Ball e Bowe (1992) afirmaram que o processo



político é constituído por um ciclo contínuo em que algumas facetas podem ser observadas. Inicialmente eles apontaram três contextos: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da Prática, não sendo estas etapas lineares ou sequenciais. Posteriormente, Ball (1994) acrescenta mais dois contextos: o contexto dos resultados (efeitos) e o contexto da estratégia política. Cada um destes ciclos envolve aspectos que podem ser analisados numa Política. Dentre estes, optou-se por utilizar o contexto do texto e o contexto dos resultados. “Os textos políticos normalmente estão articulados com a linguagem do interesse público mais geral” (MAINARDES, 2006, p.52). Esta faceta foi importante já que esta pesquisa envolveu a compreensão do que representa a Política, no caso o Projovem Urbano, para os seus formuladores. O texto analisado é o Projeto Pedagógico integrado – PPI (BRASIL, 2008), e o Manual do educador (2008) do Projovem Urbano. Já o contexto dos resultados (efeitos) sinaliza que “as políticas deveriam ser analisadas em termos de seu impacto e das interações com desigualdades existentes” (MAINARDES, 2006, p. 54). No caso deste estudo significou identificar o impacto do Programa sobre mudança de percepção dos jovens em relação a alguns aspectos presentes nos documentos oficiais sobre a participação cidadã.

A pesquisa foi realizada em duas escolas de ensino fundamental em que a proposta do Programa foi colocada em prática na cidade do Recife-PE no período de 2010 a 2011. Foram aplicados 127 questionários aos estudantes dessas duas escolas. O objetivo foi identificar a partir da opinião dos jovens que participaram dessa política, o impacto das ações de participação proposta no Programa relacionando com o que aparece nos documentos oficiais.

As políticas públicas e a questão juvenil

Antes de abordar acerca das políticas públicas voltadas para a juventude, faz-se necessário situarmos, mesmo que de forma breve, o debate que permeia a categoria “política pública”. Não sendo objetivo aqui dar conta de todo o debate, optamos por apresentar as contribuições de alguns autores.



Em trabalho recente, Souza (2007) apresenta o “estado da arte da pesquisa em políticas públicas”, demonstrando a importância desse campo de conhecimento e sua maior visibilidade entre os estudos acadêmicos. De acordo com a autora, a área de conhecimento política pública nasce nos Estados Unidos como disciplina acadêmica, não seguindo as mesmas etapas da tradição europeia nessa área.

Assim, na Europa, a área de política pública vai surgir como um deslocamento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado – o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos Estados Unidos, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. (SOUZA, 2007, p.67).

Segundo a autora, a área de políticas públicas teve a contribuição de alguns intelectuais na sua gênese, considerados ‘pais fundadores’, são eles: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblon e D. Easton. Em 1936, Laswell introduziu a expressão *policy analysis* (análise de política pública) como uma maneira de estabelecer o diálogo entre o governo, os cientistas sociais e os grupos de interesse.

A contribuição de H. Simon (1957) foi introduzir o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos. Para ele, os problemas de informação, que muitas vezes é incompleta, além do tempo para as decisões serem tomadas e o próprio interesse dos decisores, seriam elementos que limitam a racionalidade dos decisores. Porém, esta racionalidade “pode ser maximizada até um ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadrem o comportamento dos atores e modelem esse comportamento na direção de resultados desejados” (SOUZA, 2007, p.67).

Lindblon (1959; 1979), sugere que a formulação e análise de políticas públicas não pode se restringir ao aspecto da racionalidade, sustentada pelos autores citados, mas que outras variáveis têm que ser incorporadas ao debate, como por exemplo, “as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório” (SOUZA, 2007, p.68).



Já a contribuição de Easton (1965), foi na definição da política pública “como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente” (idem, p.68).

A partir dessa discussão, Souza (2007) afirma que não existe um único conceito de política pública, justamente por esta estar atrelada a várias áreas do conhecimento. Ela aponta algumas definições a partir de alguns autores:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (SOUZA, 2007, p.68).

Pelo próprio caráter multidisciplinar da política pública, as suas muitas definições são alvo de críticas. Algumas questionam a ênfase dada ao papel da política pública como solucionadora de problemas, não dando importância ao processo anterior à formulação de uma política, os conflitos existentes entre os gestores e a sociedade. Por isso, a autora afirma que qualquer definição de política pública deve explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Assim, ela resume “política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (SOUZA, 2007, p.69).

Sposito e Carrano (2003, p.17) assinalam que a ideia de políticas públicas está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), envolvendo uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. “Elas não se reduzem à implantação de serviços, pois englobam projetos de natureza ético-política e compreendem níveis diversos de relações entre o Estado e a sociedade civil na sua constituição”. Portanto, nessa definição os autores ressaltam aspectos interessantes, como a duração de uma política e o impacto que essas poderão



ter. Outra questão diz respeito às relações entre Estado e sociedade civil na constituição das ações. Além do citado, é importante que se constituam canais de diálogo entre a sociedade e o Estado não apenas no nível da formulação, mas, sobretudo no da avaliação das políticas.

As políticas públicas de educação têm sido alvo de intensos debates nos últimos anos. Conforme Azevedo (2001), a partir da década de 1980 os estudos dessa temática tiveram centralidade no Brasil. Como fruto desse momento histórico, as políticas públicas passaram a ter um novo direcionamento, tendo que se adequar às exigências da democracia na época. (SANTOS, 2011).

É sob este pano de fundo que se reconhece que a questão juvenil foi ganhando espaço nas iniciativas políticas nos últimos 15 anos. A notoriedade dos jovens nos processos de democratização ocorridos na América Latina em fins da década de 1980, através da participação em movimentos estudantis, partidos políticos e movimentos sociais, bem como a designação do ano de 1985 como o ano Internacional da juventude, fez com que essa temática ganhasse maior relevância para os órgãos internacionais e nacionais (BANGO, 2003, p.41).

No Brasil, foi implantada em 2005 a Política Nacional de Juventude. No âmbito dessa Política, foram criados a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e o Projovem, como programa emergencial. O Projovem teve como objetivo a inserção dos jovens à escola, através da elevação da escolaridade, além da qualificação profissional e da ação comunitária. Em 2007, após estudos a partir dos resultados apresentados por essa experiência piloto, o Projovem passa a contemplar alguns Programas voltados para a juventude. Uma das modalidades é o Projovem Urbano, tendo como foco a educação, a qualificação profissional e a participação cidadã.

O Projovem Urbano em Recife-PE

Em Recife, o Projovem Urbano foi colocado em prática no ano de 2008. Nesse novo formato, o programa contempla o público de 18 a 29 anos, que



saiba ler e escrever e que não tenha concluído o ensino fundamental. É apresentado como uma política que pretende a inclusão cidadã dos jovens em situação de vulnerabilidade¹ social através da educação básica, qualificação profissional e a participação cidadã, três eixos que integram o programa. Aos jovens participantes é concedida uma bolsa/benefício no valor de R\$ 100,00 (Cem reais) mensais, com duração de 20 meses, sendo condição para esse recebimento a frequência regular na sala de aula.

As atividades desenvolvidas acontecem nos núcleos, escolas vinculadas aos Polos, que é a instância local de gestão do programa, sendo por eles administradas. No período da pesquisa (maio de 2010 a dezembro de 2011) existiam em Recife dois Polos funcionando: o Polo 3, com 16 núcleos e o Polo 4, com 17. A divisão das escolas por Polo vai de acordo com a divisão das Regiões político administrativas - RPA's da cidade, que conforme a Coordenadora de um Polo, existe uma meta que é estipulada pelo Governo federal no que diz respeito a quantidade de alunos que a cidade precisa atender. Em Recife, para o ano de 2010, esta meta foi de 5.600 alunos. Desse total, cada Polo tinha que atingir a metade desse quantitativo. Portanto, as escolas funcionaram nas seis RPA's da cidade. O Polo 3 por funcionar na RPA 3, passou a contemplar escolas das RPA's 1, 2 e 3, e o Polo 4 por se localizar na RPA 6, atendeu as RPA's 4, 5 e 6. Esta divisão das escolas acontece para facilitar a locomoção tanto dos profissionais quanto dos estudantes, já que eles precisam se remeter ao Polo para resolver questões administrativas. A escolha por essas escolas é feita pela própria coordenação do Polo antes de iniciar o Programa.

As aulas de formação básica devem garantir as aprendizagens para a certificação no ensino fundamental, conforme as Diretrizes curriculares nacionais. Os conteúdos trabalhados nas diversas disciplinas, como Matemática, Ciências Humanas, Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Ciências

¹ É tratada como “o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade” (ABRAMOVAY *et al*, 2002).



Naturais devem de alguma forma contemplar essa base curricular articulando-se com a qualificação profissional e a participação cidadã. Esses conteúdos são divididos em Unidades formativas.

Em relação à qualificação profissional os jovens desenvolvem atividades em torno da questão do trabalho, bem como elaboram o Projeto de orientação profissional (POP). Faz parte ainda da qualificação profissional a realização de um curso, chamado arco ocupacional. Em Recife os alunos matriculados nesse período tiveram a oportunidade de se inscrever num dos seguintes arcos: saúde, turismo, telemática, transportes e administração. É importante destacar que cada cidade escolhe os respectivos cursos que comporão a qualificação profissional, levando em conta as necessidades e perspectivas de suas realidades.

A participação cidadã, como um dos eixos que formam o programa, tem como objetivo “contribuir para o reconhecimento pelos jovens de seus direitos e deveres cidadãos e para o desenvolvimento de potencialidades que resultem no exercício de uma cidadania ativa” (MANUAL DO EDUCADOR, 2008, p.84). Nesse sentido, se propõe como política de mudança social na vida dos jovens recifenses.

No caso da participação cidadã, ela se dá a partir de uma preparação teórica, sob a responsabilidade de uma assistente social, envolvendo conceitos como democracia participativa, cidadania, direitos e deveres do cidadão, entre outros, para subsidiar a ação que será desenvolvida pelos jovens em suas comunidades, chamada de ação comunitária. O Plano de ação comunitária – PLA ou a ação comunitária, “tem como referência a ideia de que participar e exercer cidadania são ações que se aprendem fazendo” (BRASIL, 2008, p.44). Sendo assim, a dinâmica de participação no programa passa pela questão da educação para a cidadania.

A seguir serão discutidos os impactos da participação cidadã apontados pelos jovens beneficiados por essa Política, relacionando com o que prevê os documentos oficiais.



Os impactos das atividades de participação na percepção dos jovens

A partir dessa breve exposição do funcionamento do Projovem Urbano, parte-se para a discussão dos resultados apontados na pesquisa junto aos jovens. A ideia foi dialogar com o texto da política em estudo, buscando relacionar com o contexto dos resultados, ou seja, se o que aparece no texto correspondeu com o que foi vivenciado pelos jovens. Por isso, duas questões nortearam a pesquisa: “Quais são os discursos predominantes e as ideias-chave do texto? Que intenções, valores e propósitos eles representam?” “Qual o impacto da política para os alunos (ou receptores da política) em geral”? (MAINARDES, 2006, p.67 e 68).

Conforme aparece no texto do Projeto do Projovem Urbano espera-se que ao final do Programa os jovens deem continuidade às ações de participação, que saiam com uma consciência de seus direitos e deveres, bem como possam exercer sua cidadania de forma ativa. A partir desses objetivos estabelecidos em seu Projeto Pedagógico Integrado - PPI (BRASIL, 2008), questionamos os jovens acerca da frequência das ações que eles tinham antes e depois da passagem pelo Programa. Estas incidiram sobre a frequência em associações, intervenção em suas comunidades, ajuda a pessoas do bairro, e como eles analisavam sua participação na comunidade, entre outras.

O número de estudantes que participou da pesquisa e que estava regularmente matriculado foi 127 alunos. Desse total, 35,4% era do sexo masculino, correspondendo a 45 alunos, e 64,6% era do sexo feminino, correspondendo a 82 alunas.

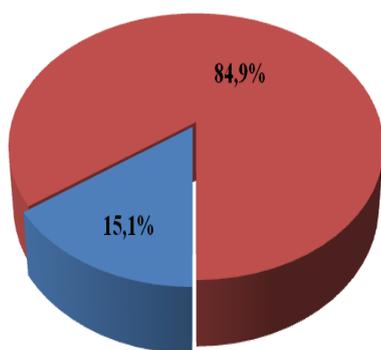
Nos gráficos 01 e 02 temos a representação gráfica da frequência dos jovens em alguma associação antes e depois de participarem do Projovem Urbano.



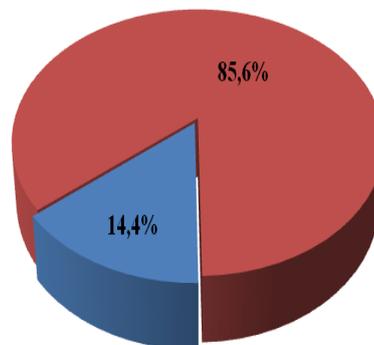
Gráfico 01 - Distribuição dos alunos segundo a frequência em alguma associação, antes do Projovem.

Gráfico 02 - Distribuição dos alunos segundo a participação em alguma associação, após a realização do Projovem.

■ Frequente ■ Não frequento



■ Participo ■ Não participo



Pelos dados dos gráficos 01 e 02, podemos observar que não houve uma alteração significativa no que se refere às mudanças quanto à frequência em associação antes e depois do Projovem Urbano. No gráfico 01 temos que 84,9% dos jovens que participaram da pesquisa informaram que não frequentava associação antes da experiência no Projovem Urbano, fato que praticamente se repetiu, ou seja, pelo gráfico 02, 85,6% informou que não participava de nenhuma associação após a realização das atividades do Programa.

Consideramos que este não tenha sido o maior impacto das ações de participação cidadã sobre as atitudes dos jovens. Porém, considerando que um dos objetivos do PLA é contribuir com a inserção do jovem em sua comunidade, através de uma preocupação com os problemas que estão ao seu redor, bem como “exercitar valores de solidariedade e cooperação” (BRASIL, 2008, p. 34) na comunidade, temos nos gráficos 3 e 4 a representação gráfica da frequência que os jovens ajudavam e ajudam as pessoas do seu bairro, antes e depois da participação no Projovem Urbano.

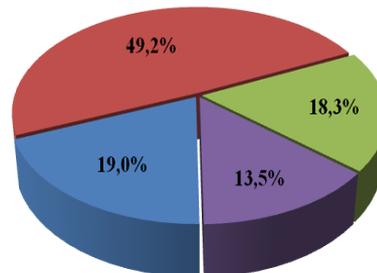
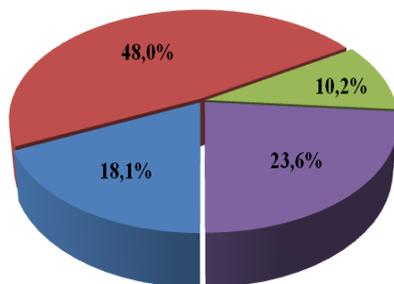


Gráfico 3 - Distribuição dos alunos segundo a frequência que ajuda as pessoas do bairro, antes do Projovem.

Gráfico 4 - Distribuição dos alunos segundo a frequência de ajuda as pessoas no bairro, após o Projovem.

■ Sempre ■ Algumas vezes ■ Raramente ■ Nunca

■ Sempre ■ Algumas vezes ■ Raramente ■ Nunca



Conforme o gráfico 3, 18,1% dos jovens afirmou que antes de participarem do Projovem Urbano sempre ajudavam pessoas do seu bairro, seguida de 48,0% que informou que algumas vezes ajudava. Já no gráfico 4, temos que 19,0% dos jovens informaram que sempre ajuda pessoas do seu bairro após a experiência com o Programa, seguida de 49,2% que informaram que algumas vezes ajuda pessoas no seu bairro. A partir dessas informações, não encontramos uma diferença expressiva no antes e depois do Projovem no que diz respeito a essa questão. Pelos gráficos, a maior diferença no percentual diz respeito às respostas à opção “nunca ajudou”, sendo que 23,6% respondeu que nunca ajudava pessoas do bairro, antes do Programa, e após o Programa, 13,5% informou que nunca ajuda, ou seja, houve uma diminuição de 10% dos jovens que nunca ajudava pessoas no bairro antes e depois da experiência no Programa.

Porém, apesar dessa pouca diferença neste comportamento, antes e depois do Projovem Urbano constatada pelos gráficos, é interessante citarmos que somados os percentuais “sempre ajuda e algumas vezes ajuda”, mais de 60% dos jovens informaram que ajudam pessoas em seu bairro, significando dizer que os mesmos possuem atitudes de cooperação e solidariedade. Conforme aparece no PPI (BRASIL, 2008, p.38): “a participação cidadã e o



voluntarismo juvenil podem se converter em opção para incentivar a solidariedade” entre os jovens.

Nos gráficos 5 e 6, temos a representação gráfica sobre a percepção dos jovens acerca da importância da participação na comunidade, antes e após a realização do Programa.

Gráfico 5 - Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da importância da participação na comunidade, antes da realização do Programa.

■ Muito importante ■ Importante
■ Pouco importante ■ Nenhuma importância

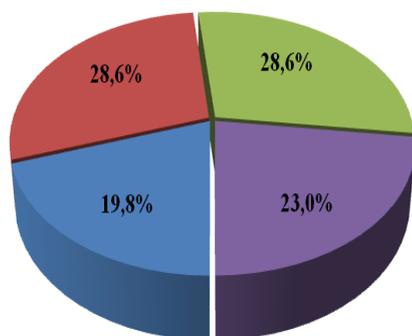
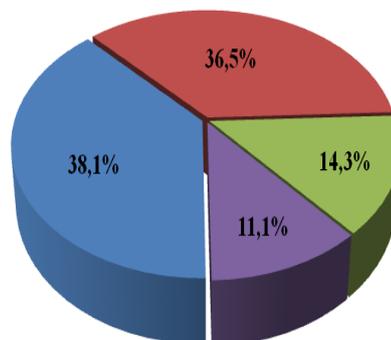


Gráfico 6 - Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da importância da participação na comunidade, após a realização do Programa.

■ Muito importante ■ Importante
■ Pouco importante ■ Nenhuma importância



De acordo com o gráfico 5, 19,8% dos jovens que responderam ao questionário apontaram que antes da experiência no Projovem Urbano consideravam sua participação na comunidade como muito importante, 28,6%, como importante, também 28,6% considerava como pouco importante e 23,0% como não tendo nenhuma importância. Somados os dois primeiros percentuais, temos uma prevalência de mais de 50% dos jovens que já consideravam importante sua participação na comunidade antes da experiência no Programa.

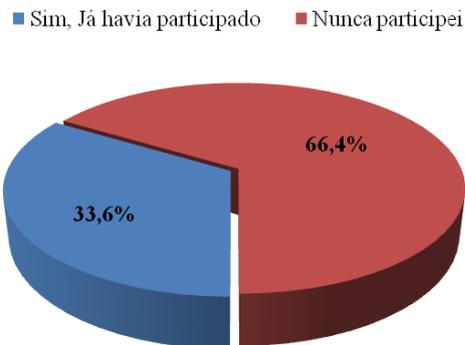
Já no gráfico 6, podemos constatar que 38,1% dos jovens responderam que após a experiência no Programa consideram muito importante sua participação na comunidade, 36,5% consideram importante, 14,3% pouco importante e 11,1% como não tendo nenhuma importância. Somados os dois primeiros percentuais, temos que mais de 70% informou que considera importante sua participação na comunidade, o que significa que houve



mudança de percepção após a experiência no Projovem Urbano quanto à importância de os jovens participarem na comunidade.

Os dados acima refletem os resultados que aparecem no gráfico 7, pois 66,4% dos jovens afirmaram que nunca haviam participado de alguma ação de intervenção em seu bairro antes da experiência no Programa, e 33,6% já havia participado.

Gráfico 7 - Distribuição dos alunos segundo a participação em alguma intervenção na comunidade, antes do Projovem.

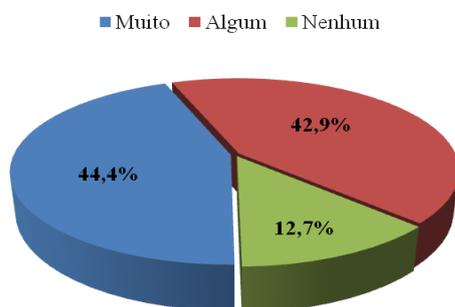


Como vimos, a disciplina de participação cidadã prevê uma ação de intervenção na comunidade em que os jovens estão inseridos a partir do PLA, fato que ocorreu nas duas escolas. Provavelmente, como efeitos desta ação, a opinião sobre a importância da participação dos jovens vistos nos gráficos 5 e 6 tenha se alterado nas respostas, no antes e depois do Programa.

No gráfico 8 temos a representação gráfica das respostas dos alunos quanto ao grau de impacto de suas ações na comunidade após a realização do projeto.



Gráfico 8 - Distribuição dos alunos segundo o grau de impacto na realização de alguma atividade a favor do bairro, após a realização do projeto.



Os dados apontam que 44,4% dos jovens entrevistados consideram que sua ação de intervenção na comunidade após a realização do Projovem Urbano teria muito impacto, seguida de 42,9% que respondeu que teria algum impacto e 12,7% consideram que não teria nenhum impacto. Portanto, há uma prevalência das respostas no quesito “impacto da sua ação no bairro”, que somadas ultrapassa 80% dos jovens respondentes, significando que estes reconhecem a importância de suas intervenções. Como o objetivo do PLA é que os jovens realizem alguma ação de intervenção em seu bairro, identificamos que esta trouxe resultados para os jovens que responderam ao questionário, pois percebemos os mesmos como tendo consciência da eficácia das suas ações na comunidade. Ou seja, esse exercício de intervenção pode ter contribuído para que o jovem considere importante sua participação, além do reconhecimento do impacto da sua ação nessa localidade. Nesse sentido, é possível identificar a dimensão educativa da participação a partir das atividades desenvolvidas no Programa, que conforme alguns autores (BACHRACH, 1973; MILL; 1981; PATEMAN, 1992), a participação pode contribuir para o desenvolvimento de um senso de eficácia política, além de contribuir para o desenvolvimento de capacidades intelectuais nos indivíduos.

Na tabela 1 temos a distribuição do grau de contribuição do Projovem para despertar interesse sobre temas gerais. Através dela verifica-se que, na opinião dos alunos, os temas que sofreram muita influência do Projovem foram direitos e deveres do cidadão (80,0%) e cidadania (75,0%). Ainda, o tema que sofreu menos influência foi o funcionamento do governo (30,9%).



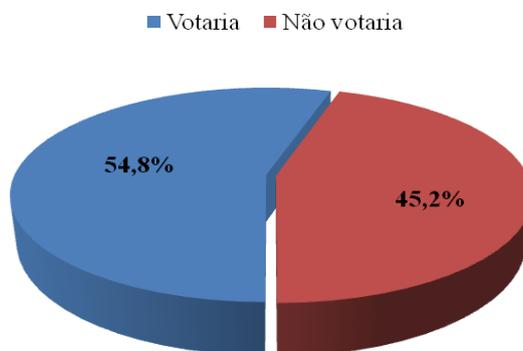
Tabela 1 - Distribuição do grau de contribuição do Projovem para despertar interesse sobre temas gerais.

Temas avaliados	Nível da contribuição do Projovem para despertar interesse nos temas			Total
	Muito	Parcialmente	Nenhum	
Direitos e deveres do cidadão	100 (80,0%)	19 (15,2%)	6 (4,8%)	125
Funcionamento do governo	38 (30,9%)	60 (48,8%)	25(20,3%)	123
Participação do cidadão	87 (70,7%)	30 (24,4%)	6 (4,9%)	123
Democracia	55 (44,7%)	54 (43,9%)	14(11,4%)	123
Cidadania	93 (75,0%)	29 (23,4%)	2 (1,6%)	124
Vida social da comunidade	63 (51,6%)	51 (41,8%)	8 (6,6%)	122

Pelos dados acima podemos perceber que a contribuição do Projovem Urbano no que se refere a despertar o interesse dos jovens sobre temas gerais reflete os próprios conteúdos e a proposta do Programa, que é chamar a atenção dos jovens para seus direitos e deveres, sobre cidadania e participação. Isto significa que houve contribuição do projeto nesses quesitos.

No gráfico 9 temos a representação gráfica da distribuição da percepção dos alunos após a participação no Projovem no que se refere ao voto.

Gráfico 9 - Distribuição dos alunos segundo o interesse em votar caso ele não fosse obrigatório.



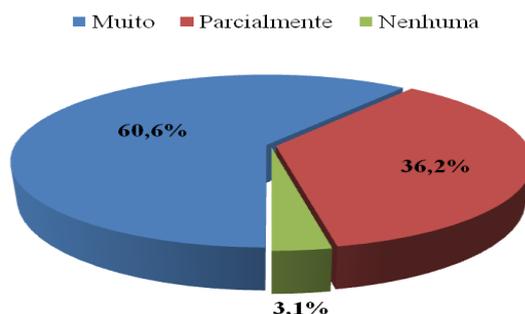
De acordo com o gráfico 9, 54,8% dos jovens informaram que votaria caso o voto não fosse obrigatório, seguido de 45,2% que informaram que não votaria mesmo se no Brasil não fosse obrigado a votar. Apesar de uma aproximação dos percentuais, há uma prevalência nas respostas no quesito interesse pelo voto por parte dos alunos das duas escolas.

No que diz respeito à participação cidadã, os jovens deram as seguintes opiniões: Para 60,6% dos jovens, as aulas de participação cidadã atingiram



suas expectativas; para 36,2% atingiram parcialmente; e, 3,1% informou que não houve nenhuma satisfação dessas expectativas. Pelos dados, há uma prevalência de opiniões positivas dos jovens quanto às aulas de participação cidadã.

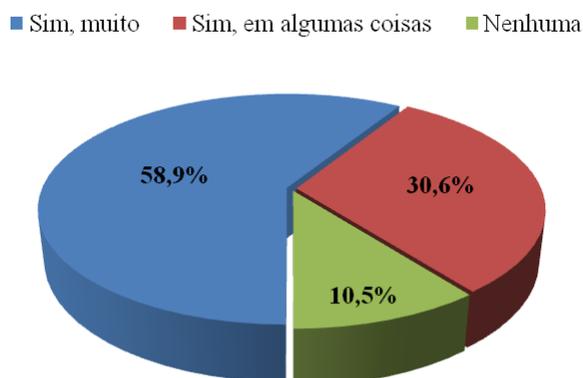
Gráfico 10 - Distribuição dos alunos segundo o grau de satisfação das expectativas nas aulas de participação cidadã.



Algumas ideias debatidas nas aulas de participação cidadã, conforme apontaram os jovens, foram: cidadania, racismo, drogas, preservação do meio ambiente, direitos e deveres do cidadão, direitos da mulher, do consumidor, inclusão social, qualidade de vida, violência, cultura, respeito ao próximo, juventude, participação na comunidade, democracia, educação comunitária, política, entre outros. As ideias citadas pelos jovens refletem os conteúdos que estão presentes no Guia de estudo do Programa em relação a essa disciplina.

Ainda sobre a participação cidadã, os jovens foram questionados sobre as mudanças na forma de pensar após as atividades desenvolvidas nessa disciplina, conforme gráfico 11.

Gráfico 11 - Distribuição dos alunos segundo mudanças na forma de pensar após as atividades desenvolvidas nas aulas de participação cidadã.





Conforme os dados obtidos, temos que 58,9% dos jovens informaram que houve muita mudança na forma de pensar após as aulas de participação cidadã, seguida de 30,6% dos jovens que informou que houve algumas mudanças, e 10,5% que informou que não houve nenhuma mudança em sua maneira de pensar. Somados os dois primeiros percentuais temos uma prevalência de mais de 80% das respostas no quesito “mudança na forma de pensar” a partir das atividades desenvolvidas nas aulas de participação cidadã.

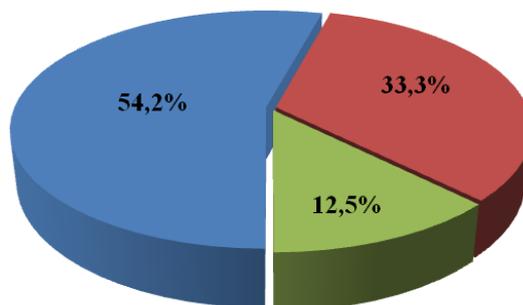
Algumas das mudanças apontadas pelos jovens no que diz respeito à sua forma de pensar foram: ajudar ao próximo, respeito aos direitos dos outros, preservação do meio ambiente, sobre cidadania, saneamento, sobre a importância de participar na comunidade, política, exercício do papel de cidadão, mudança de visão sobre o mundo, entre outros. Vale salientar que as mudanças apontadas pelos jovens na sua forma de pensar, a partir das atividades desenvolvidas nas aulas de participação cidadã, refletem os conteúdos e objetivos presentes nessa dimensão, conforme vimos na discussão de alguns documentos do Programa. Além disso, também refletem os conteúdos que os jovens citaram como tendo sido debatido em sala de aula pela assistente social.

No que diz respeito à mudança na forma de agir, é possível identificar através do gráfico 12, que 54,2% dos jovens apontaram as aulas de participação cidadã como tendo mudado muito sua forma de agir, seguida por 33,3% que respondeu que trouxe algumas mudanças, e 12,5% que respondeu que não trouxe nenhuma mudança.



Gráfico 12 - Distribuição dos alunos segundo mudanças na forma de agir após as atividades desenvolvidas nas aulas de participação cidadã.

■ Sim, muita ■ Sim, em algumas coisas ■ Nenhuma

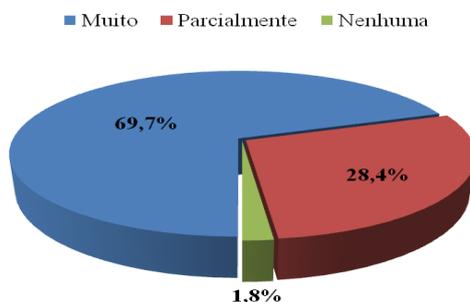


Somados os percentuais “muita mudança” e “algumas mudanças” identificamos que mais de 80% dos jovens consideram ter tido alteração na forma de agir após as atividades, refletindo também o percentual apresentado sobre mudança na forma de pensar. Sobre o que as aulas de participação cidadã trouxeram de mudança na sua forma de agir, os jovens apontaram as seguintes: no modo de falar, na ajuda à comunidade e aos mais necessitados, no relacionamento com outras pessoas, na consciência sobre o perigo das drogas, como participar em conjunto, não jogar lixo nas ruas, não poluir o meio ambiente, saber como votar, respeito às diferenças sexuais, entre outros. Percebemos que as mudanças na forma de pensar e agir citadas pelos jovens pesquisados a partir das aulas de participação cidadã praticamente foram as mesmas, o que parece estar de acordo com o proposto no Programa. Nesse sentido, podemos afirmar que alguns objetivos estabelecidos no Projovem Urbano para essa dimensão foram alcançados, pelos menos para os jovens entrevistados nas duas escolas.

Por fim, os jovens deram sua opinião sobre a satisfação de suas expectativas com o Projovem Urbano. Através do gráfico 13, identificamos que 69,7% dos jovens afirmou que o Projovem Urbano atingiu em muito suas expectativas, seguida de 28,4% que informou que atingiu parcialmente, e 1,8% que informou que o Programa não atingiu suas expectativas.



Gráfico 13 - Distribuição dos alunos segundo a satisfação das expectativas no Projovem Urbano.



A análise destes dados assinala que é possível identificar na opinião dos jovens pesquisados uma avaliação positiva do Programa, já que mais de 90% dos jovens respondentes apontaram uma satisfação das suas expectativas. Conforme dados apresentados, é possível identificar alguns aspectos interessantes acerca da participação cidadã. Os jovens pesquisados consideram importante sua participação na comunidade, fato percebido em mais de 70% das respostas. Consideram que suas ações de intervenção tem impacto na comunidade, além de perceberem muita mudança na forma de agir e pensar após as atividades desenvolvidas nas aulas de participação cidadã. Por tudo que foi exposto, ficou perceptível na fala dos jovens que responderam ao questionário, uma avaliação positiva dessa dimensão no Programa, bem como alguns aspectos preconizados no texto dessa Política estiveram presentes nas suas opiniões.

Considerações finais

Neste trabalho buscou-se dialogar com a abordagem do ciclo de políticas, proposta por Ball (1994), a partir de dois aspectos: o contexto do texto e o contexto dos resultados, relacionando com o que propõe uma Política de juventude em seus documentos oficiais e o que os jovens apontaram como tendo sido os impactos dessa Política.

A referida abordagem foi importante, pois partiu-se do pressuposto que os impactos das políticas educacionais precisam ser analisados a partir do que



aponta os seus beneficiários, não perdendo de vista o que aparece nas diretrizes dos documentos oficiais que orientam as políticas em seus respectivos espaços.

A partir da pesquisa identificou-se uma estreita relação do que aparece no texto do Projeto do Projovem Urbano (BRASIL, 2008) acerca da participação cidadã e os impactos dessa Política apontados pelos jovens. As questões incidiram sobre possíveis mudanças de percepção em relação a algumas temáticas a partir das atividades e conteúdos trabalhados no âmbito da disciplina de participação cidadã.

Diante dos resultados, considera-se fundamental o diálogo com o texto das políticas para uma compreensão dos possíveis impactos destas sobre os seus receptores.

Referências

ABRAMOVAY, M. *et al.* **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas.** Brasília: UNESCO, BID, 2002.

AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública.** 2. ed. Campinas: Autores associados, 2001. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

BANGO, J. Políticas de juventude na América Latina: identificação de desafios. IN: FREITAS, M. V., PAPA, F. de C. (Orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta.** São Paulo: Cortez: Ação Educativa, 2003.

BALL, S. J. **Education reform: a critical and post structural approach.** Buckingham: Open University Press, 1994.

BACHRACH, P. **Crítica de la teoría elitista de la democracia.** Buenos Aires: Amorrortu, 1967.

BRASIL. **Projeto Pedagógico integrado – Projovem Urbano.** Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2008. 83p.

MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n.106, p.303-318, jan./abr. 2009.



MILL, J. S. **Considerações sobre o governo representativo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SALGADO, M. U. C.; AMARAL, A. L. (Org.). **Manual do Educador: Unidade Formativa I**. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano, 2008.

SANTOS, A. L. F. dos. Gestão democrática da escola: bases epistemológicas, políticas e pedagógicas. In: GOMES, A. (Org.). **Políticas públicas e gestão da educação**. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

SOUZA, C. Estado da Arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

SPOSITO, M. P., CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista brasileira de educação**, set./dez. 2003.